



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680003 - ES (2021/0218267-1)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : MANOELA SOARES ARAUJO SANTOS  
**ADVOGADO** : MANOELA SOARES ARAÚJO SANTOS - ES018428  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : CATARINA APARECIDA DE ASSIS (PRESO)  
**CORRÉU** : ARNON RANGEL DE ASSIS DAMASCENO  
**CORRÉU** : LEONARDO DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : ANDERSON PENHA DAS NEVES  
**CORRÉU** : FABRICIO FREIRE DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : GABRIEL MARÇAL DOS SANTOS  
**CORRÉU** : LUCAS DE SOUZA SILVA  
**CORRÉU** : HENRIQUE BERGAMINI DOS SANTOS  
**CORRÉU** : LASARO DOS SANTOS PEREIRA  
**CORRÉU** : JORGE MAICON MATOS DE BARROS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CATARINA APARECIDA DE ASSIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (HC n. 0005344-31.2021.808.9000).

A paciente encontra-se presa preventivamente pela suposta prática dos delitos capitulados no art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, do Código Penal, e art. 2º, §§ 2º, 3º e 4º, I, da Lei n. 12.850/12.

Alega a impetrante, em síntese, que inexistente justa causa para a manutenção do encarceramento, haja vista que não restou demonstrado que a liberdade da ora paciente representaria risco à garantia da ordem pública, à instrução processual ou à aplicação da lei penal. Aduz que a ora paciente tem boa formação social, família, residência fixa há mais de 30 anos, possui trabalho com CTPS assinada. Argumenta ainda que a persecução penal está eivada de nulidades.

Requer a revogação do decreto de prisão e concessão de liberdade provisória para a paciente responder ao processo em liberdade. Subsidiariamente, requer a substituição da prisão preventiva por domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Merece destaque a forma perspicaz dos fundamentos extraídos do voto do relator, Desembargador Pedro Valls Feu Rosa:

(...) Como consta da denúncia, Catarina teria assumido a liderança do grupo (...) além disso há depoimentos relatando supostas ameaças perpetradas por Catarina em desfavor de moradores com intuito de corroborar ordens emanadas de seu filho Arnon. Tão graves seriam tais condutas a ponto de constar nos autos que a comunidade teria mais medo de Catarina do que do seu próprio filho (...)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente